

1 **Ata da 51ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do**
2 **Rio Paraopeba.**

3
4 **Data:** 31 de Maio de 2019

5 **Horário:** 13:00 hrs

6 **Local:** Clube dos Trabalhadores SESI Betim
7

8 Aos dias 31 de Maio de 2019 às 13:00 horas deu-se início à 51ª reunião ordinária do comitê de Bacia
9 Hidrográfica do Rio Paraopeba, no clube dos trabalhadores SESI Betim – Rua Bela Vista, 220 – Chácaras, no
10 município de BETIM, Estado de Minas Gerais. Composição da mesa se deu da seguinte forma: Winston
11 Caetano de Souza representante VEREDAS E CERRADOS e Presidente do CBH Paraopeba; e foi convidado para
12 compor a mesa Fernando Silva de Paula ARSAE/MG. Estavam presentes nessa reunião os seguintes
13 conselheiros: Marcus Eugênio Sampaio Rodrigues – EMATER; Thiago Figueiredo Santana – IGAM; Ednard
14 Barbosa de Almeida – Prefeitura de Betim – Leonardo Gomes Lara – Prefeitura de Betim; Alessandro Palhares
15 – COPASA; Gabriel Maciel dos Reis – ARDÓSIAS FIGUEIREDO & ALMEIDA LTDA; Deivid Lucas de Oliveira –
16 FIEMG; Márcio Alvarenga Miranda – CEDRO TEXTIL; João Eustáquio Beraldo Teixeira – PETROBRÁS; Guilherme
17 da Silva Oliveira – FAEMG; Renato Júnio Constâncio – HORIZONTES ENERGIA S.A; Marcelo Alexandre Rodrigues
18 de Matos – SINEXTRA; Márcio Francisco Sampaio – VALE S.A; Sueila Pereira da Cruz – IBRAM; Filipe de
19 Lorenzo Framil – INHOTIM; Alisson Frederico Medeiros Ferreira – GERDAU AÇOMINAS; Breno Carone – ARCA
20 AMASSERA; Ricardo Aguilar Galeno – INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL – THE NATURAL
21 CONSERVANCY BRASIL; Adilson Ramos de Souza – SINDÁGUA; Cleverson Ulisses Vidigal – FONASC; Ronald
22 Fleischer – ONG ABRACE A SERRA DA MOEDA; Mauro da Costa Val – ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL VEREDAS E
23 CERRADOS; José Antônio da Cunha Melo – ABES; Heleno Maia Santos Marques do Nascimento – IHMBio; I –
24 **Credenciamento aos interessados a participar com voz e sem voto**, na oportunidade o Presidente Winston
25 agradeceu a presença dos visitantes e disse que o comitê sempre estará de portas abertas à todos. II –
26 **Abertura da sessão, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência:** O Presidente observou
27 que estava faltando apenas 1 conselheiro para que fosse completado o quórum para deliberações do
28 conselho, disse que havia tido informação que o conselheiro Gabriel Maciel – ARDÓSIAS FIGUEIREDO &
29 ALMEIDA LTDA já estava a caminho e que se fosse preciso ele inverteria a pauta da reunião, deixando as
30 deliberações para o fim da reunião. III – **Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia.**

31 **IV – Discussões, votações e deliberações. IV.1 – leitura e votação da ata 50ª Reunião Ordinária:** A ata foi
32 aprovada sem observações. **IV.2 – Debate e aprovação das linhas gerais de projeto apresentado ao MPMG**
33 **no âmbito do GT. Acompanhamento das tratativas institucionais referentes à implantação de políticas**
34 **públicas específicas como resposta aos efeitos do rompimento da Barragem B1 da Mineração Córrego Feijão**
35 **de Brumadinho.** O Presidente começou falando da visita que fizeram ao MP que foram muito bem recebidos e
36 que o Promotor Francisco Generoso elogiou o trabalho do comitê neste sentido ainda orientou para que o
37 trabalho apresentado pelo comitê virasse um projeto para acompanhamento das tratativas institucionais.
38 Mauro da Costa Val – VEREDAS E CERRADOS começou a apresentação das linhas gerais que foram discutidas
39 no dia da apresentação ao MP, falou sobre o que caberia ao grupo de trabalho referente ao rompimento da
40 barragem, seriam 9 itens de linha de trabalho. Breno Carone – ARCA AMASSERRA relatou que ficou sabendo
41 da reunião 1 dia antes e que também não ficou sabendo da reunião em que foi feito o planejamento das linhas
42 gerais que estariam sendo apresentadas. O Presidente Winston explicou que devido ao abarrotamento de
43 trabalho do MP o promotor marcou a reunião muito em cima da hora, portanto, foi por isso que ele o avisou
44 sobre a reunião de 1 dia para o outro. Mauro da Costa Val continuou solicitando a leitura do trabalho: 1- Os
45 princípios e fundamentos da política Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos, notadamente a adoção do
46 território da Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento e gestão; a descentralização e a participação
47 das comunidades no processo decisório. 2- Os severos impactos sociais, econômicos e ambientais oriundos da
48 tragédia causada por problemas operacionais na Mina Córrego do Feijão ocorrida em Brumadinho, no médio
49 curso do Rio Paraopeba. 3- O processo em andamento, de debates e decisões institucionais no âmbito do
50 Estado de Minas Gerais e da União, relativos às ações a serem implantadas. 4 – A necessidade de avaliação dos

51 impactos e da valoração dos danos aos cursos de águas superficiais e aos aquíferos, bem como dos riscos
52 potenciais existentes quanto aos múltiplos usos das águas da Bacia a da carga de rejeitos recebida no dia 25 de
53 janeiro de 2019. 5- A necessidade de um monitoramento sistemático e contínuo visando aferição dos efeitos
54 nas águas naturais, biota aquática (micro e macro floras e faunas) e saúde humana e animal. 6 – A análise e
55 avaliação, imparciais e independentes dos resultados do monitoramento supramencionado de maneira a gerar
56 indicadores e instrumentos analíticos para dar suporte às tomadas de decisão que incluam o CBH Paraopeba. 7
57 – O direito de acesso a dados e informações dos cidadãos e cidadãs usuários das águas da Bacia do Rio
58 Paraopeba, notadamente daqueles situados a jusante do Ribeirão Ferro-Carvão. 8 – A necessidade de ser
59 considerada a integralidade do território da Unidade de planejamento e Gestão dos recursos hídricos – SF3,
60 tanto no monitoramento sistemático quanto nas medidas a serem tomadas em decorrência da tragédia do dia
61 25 de janeiro. 9 - As presentes e futuras decisões para definições para definição de medidas de regeneração,
62 saneamento, reparação e recuperação ambiental da Bacia decorrente dos impactos negativos causados pelo
63 rompimento da barragem em Brumadinho. Heleno Maia – IHMBio disse que os pontos discutidos por este GT
64 estavam indo de encontro com os pontos do outro grupo de trabalho e que então não faria sentido a
65 existência de 2 grupos de trabalhos. Thiago – IGAM sugeriu então que os dois grupos sentassem e fosse feita
66 uma convergência nas ações de trabalho. O Presidente Winston disse não achar prudente a convergência dos
67 2 grupos já que um plano de trabalho já foi levado ao promotor e totalmente aceito por ele. Mauro – Veredas
68 e Cerrados disse que quanto mais segmentos participassem seria melhor para um bom desempenho do
69 trabalho. João Eustáquio – PETROBRÁS disse que o trabalho apresentado estaria muito genérico e amplo que
70 tem ações de diversos órgãos, que todos deveriam sentar e definir o que seria competência de cada órgão.
71 Disse também que nem tudo é atribuição do comitê. O Presidente disse que tudo que está sendo apresentado
72 é sim atribuição comitê. A seguir foi passado para deliberação do comitê, antes porém o Presidente levou em
73 consideração a sugestão do Thiago – IGAM para que fosse feita a unificação dos dois grupos de trabalho. José
74 Antônio – ABES solicitou que fosse retirada a pauta de votação para que ele fizesse uma colocação, aceita pelo
75 Presidente foi passada à fala de José Antônio: Que disse que o comitê deveria ter mais efeito em seus
76 trabalhos, pois não tem tido muito eficiência em seus trabalhos, e que os grupos estão tratando segundo a sua
77 visão de assuntos diferentes. Mauro levantou uma questão de ordem de que o José Antônio alterou a votação
78 trazendo outra proposta e que esta deve ser então posta em votação. Guilherme – FAEMG disse que no
79 momento em que o José Antônio teria pedido a fala o Presidente reconsiderou o momento de votação
80 portanto não caberia a questão de ordem levantada pelo Mauro da Costa Val – VEREDAS E CERRADOS. João
81 Eustáquio – PETROBRÁS solicitou vista do documento para analisar e trazer na próxima reunião. **IV – Eleição e**
82 **posse para o cargo em vacância do Vice-Presidente do CBH Paraopeba.** Heleno Maia – IHMBio disse que o
83 comitê não foi comunicado sobre o cargo em vacância, o Presidente observou que o cargo que era ocupado
84 pelo representante da prefeitura de Juatuba e que o mesmo o senhor Alaécio não estaria mais nem na
85 prefeitura, Heleno – IHMBio disse que não foi feito um ofício ao comitê comunicando que o Alaécio não está
86 mais na prefeitura. Winston disse que a eleição em questão seria pra o cargo de vice-presidente e que a vaga
87 em questão é do conselheiro e não da instituição que ele representa. Heleno Maia – IHMBio levantou a
88 questão de que não haveriam candidatos apresentados e que se tivesse ali algum candidato que se
89 apresentasse. Breno – ARCA AMASSERA observou que a vaga de vice-presidente estaria sendo ocupada pelo
90 poder público e que também era o poder público que tinha a vaga da secretaria, disseu que deveria ser
91 consultado a legitimidade disso no regimento interno, disse ainda que este item de pauta deveria ser tirado de
92 pauta devido a essa questão e para que a eleição possa ocorrer de forma tranquila. Mauro da Costa Val –
93 Veredas e Cerrados opinou dizendo que deveria ser feito a eleição e que se depois fosse observado alguma
94 irregularidade o processo seria revisto. Ednard – PREFEITRA DE BETIM esclareceu dizendo que a prefeitura só
95 envia ofício de substituição quando é para troca de conselheiro e não do cargo em questão que é o caso da
96 eleição para vice-presidente. Cleverson – FONASC disse que pra que haja um processo de eleição seria
97 importante conhecer os candidatos para que seja analisadas as propostas de trabalhos de todos. O Presidente
98 esclareceu que não necessariamente o candidato deve se apresentar antes para o processo de eleição e ainda
99 que o regimento interno fala em apresentação do candidato no momento da reunião de eleição. Marcos
100 Eugênio – EMATER também questionou se a prefeitura de Juatuba encaminhou algum comunicado falando
101 sobre o afastamento do conselheiro. Thiago – IGAM disse que o conselheiro Breno Carone – ARCA

102 AMASSERRA não havia recebido a convocação da reunião no prazo regimental, e ele poderia se colocar como
103 candidato na eleição, portanto, o processo estaria fragilizado levando em consideração o fato ocorrido,
104 sugeriu que a eleição fosse colocada em pauta na reunião extraordinária que aconteceria no dia 07 de junho já
105 que ainda havia prazo para alteração de pauta desta reunião. O Presidente então suspendeu a eleição que
106 ficou para o dia 07 de junho. **IV – Alteração do regimento interno do CBH Paraopeba referente à alteração do**
107 **mandato da atual diretoria.** Como não havia o quórum de 2/3 de membros titulares não pode haver a
108 deliberação que altera o regimento interno. **V – Apresentações:**

109 **V.1 – Diagnóstico das águas da Bacia Paraopeba frente aos empreendimentos do setor minerário industrial –**
110 **1997-2019 e pós rompimento da barragem B1 – Brumadinho:** O Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira – FIEMG
111 e a consultora Irany Braga apresentaram o Estudo de Avaliação das Águas da Bacia do Paraopeba Frente aos
112 Empreendimentos do Setor Minerário – Industrial, período de 1997 a 2018 e pós rompimento da Barragem B1 –
113 Mina Córrego do Feijão. Este relatório demonstra, através de avaliação detalhada, a Qualidade das Águas na
114 Bacia do Rio Paraopeba após contato com os efluentes gerados por empreendimentos do setor da indústria,
115 mineração e agricultura. Para isto, foram utilizados e avaliados os índices IQA – Índice De Qualidade Das
116 Águas, CT – Contaminação por Tóxicos e IET - Índice de Estado Trófico, no período que abrange desde o início
117 do Programa Água de Minas até o final do ano de 2018 e após o rompimento da barragem da Mina do Córrego
118 do Feijão, de propriedade da VALE, situada em Brumadinho-MG. Irany disponibilizou a apresentação para os
119 membros do comitê. Após a apresentação o conselheiro Deivid – FIEMG relatou ao comitê ter sido ofendido
120 pelo conselheiro Mauro da Costa Val – VEREDAS E CERRADOS que foi relatada pelo mesmo: “Senhor
121 Presidente, quero me manifestar sobre a agressão verbal que passei aqui nesta reunião. Estamos todos aqui
122 na mesma situação de igualdade de representação e é um absurdo um conselheiro de comitê de bacia ter esse
123 tipo de atitude com um colega de conselho. Me senti e me sinto coagido pela atitude do conselheiro Mauro da
124 Costa Val comigo. Lembrando que ele é o suplente do presidente deste comitê que está aqui presente nesta
125 reunião. Foi muito desagradável passar por este tipo de situação. É um absurdo qualquer representante não
126 ter o seu posicionamento da instituição que ele representa respeitado pelos outros colegas. Podemos ter
127 opiniões divergentes, mas a opinião de todos deve ser respeitada pelos outros membros, sem qualquer
128 distinção. Este tipo de conduta vai contra qualquer norma de boa convivência e de boa educação com
129 qualquer um. Desta forma, peço ao presidente que apure e tome as devidas contra esta conduta praticada
130 hoje neste comitê de bacia, até advertindo o conselheiro Mauro, seu suplente. Quero que esta minha
131 manifestação seja registrada na íntegra, deixo ainda registrada a minha indignação com este tipo de conduta e
132 espero que isto nunca mais aconteça nem comigo ou com qualquer outro conselheiro deste comitê. Marcos
133 Eugênio – EMATER disse que presenciou o fato relatado pelo Deivid e solicitou que fosse feita uma moção de
134 repúdio às agressões efetuadas pelo conselheiro Mauro da Costa Val. Mauro – VEREDAS E CERRADOS disse
135 que esta não é a primeira vez que ele sofre este tipo de assédio por parte da FIEMG e ainda disse que sobre o
136 fato em questão foi uma reação que ao ser atacado pelo Deivid e disse ainda que o Presidente Winston
137 também foi atacado. Logo em seguida o Presidente então colocou em votação a criação desta moção que foi
138 aprovada por 16 conselheiros. Ainda no assunto o conselheiro Heleno Maia – IHMBio sugeriu a criação de uma
139 sindicância para apuração do fato. **V.2 – Resumo 1ª versão do plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio**
140 **Paraopeba (CIBAPAR 1997-2013):** Mauro da Costa Val iniciou sua apresentação falando que o Rio Paraopeba é
141 de uma extensão grande e que não dá pra fazer uma análise nele em apenas um pedaço do rio, que a
142 realidade do rio hoje é bastante diferente de 1960 e 70, por exemplo, existem por volta de 56 sub-bacias no
143 rio Paraopeba e que só monitoramento em apenas 10 dessas, e para que se faça uma gestão eficiente é
144 preciso que se faça o monitoramento em todas as sub-bacias para saber em quais estão trazendo carga
145 poluidora mais ou menos. Segundo o mesmo não foi disponibilizado para conhecimento a quantidade de
146 usuários da bacia, disse também que o plano diretor elaborado a época foi desconsiderado devido a interesses
147 políticos. Ele disse que o marco lógico foi elaborado com 200 mil reais e marco de referência com mais 200 mil,
148 que foi utilizado pela empresa Ânglo América e ainda continua disposição de todos mas que não foi utilizado
149 por nenhum comitê de bacia ao contrário, foi descartado. El disse ainda que é extremamente difícil conseguir
150 as informações por parte do estado, mas que quando a tiveram fizeram a análises de todas as concessões de
151 outorga da bacia concluíram que as informações divergem muito da realidade, que devido aos estudos feito
152 pelo CIBAPAR que existem fatos como o ocorrido com o conselheiro Deivid – FIEMG pois os fatos não são

153 claros devido a interesses políticos e que devido a isso também ele sofreu ameaças junto com sua família
154 precisou até mudar de estado. Ele menciona que o rio Paraopeba é a “bomba da falsa gestão das águas do
155 estado de Minas Gerais” porque as informações prestadas pelo IGAM não condiz com a verdade que foi
156 analisada, falou que os conselheiros devem buscar por pelo menos sanar as dúvidas de o porque o plano não
157 foi aprovado. Mauro diz que quando eles pegaram o dinheiro para elaboração do plano diretor do Paraopeba
158 todos achavam que o problema era a qualidade observaram que o rio Paraopeba é uma das 3 bacias mais
159 críticas do Brasil. Cita o exemplo da concessão da empresa Vale no córrego Ferro-Carvão que era de 700 m³/h
160 passou para 1000 m³/h quando na verdade a capacidade hídrica subterrânea de 1 milhão de m³/ ano que só
161 essa outorga da vale pega 93% da disponibilidade hídrica anual. Ele disse que insistiram em conversar sobre o
162 assunto, mas o IGAM não quis conversar, outra coisa que ele cita ser classificado de forma equivocada é
163 considerar os usuários como insignificantes sendo que é a maioria, portanto não tem como falar em
164 insignificantes, diz que esses usuários não são informados de nada. Ele sugere que se deve identificar de onde
165 vem e quais são os tributários para uma boa eficiência na gestão, inclusive ele alerta para o uso da água do rio
166 pelos indígenas e demais usuários do perigo de contaminação das pessoas. Mauro finalizou dizendo que a
167 verdade é que o IGAM nunca quis aprovar este plano diretor justamente pelas falhas apontadas e por
168 interesses que não são claros para todos. Após foi aberto para dúvidas e questionamentos: Gabriel – ARDÓSIA
169 FIGUEIREDO disse que sempre frequentou o rio Paraopeba, mas tem observado que depois do rompimento
170 que a cor da água não está tão diferente do que ele via há 15 anos, Mauro explicou que deve-se a atividade
171 biológica da região, talvez neste período em que ele cita a região recebeu um volume maior da carga
172 poluidora. Thiago – IGAM solicitou direito de resposta, nele pontou que na época em que o conselheiro Mauro
173 cita que não havia disponibilidade de informações por parte do IGAM nesta época já era disponibilizado site do
174 essas informações em formato de planilha sem qualquer prejuízo no acesso de informação para a elaboração
175 do plano diretor, disse que hoje é disponível para qualquer cidadão uma plataforma de decisão de outorga
176 inclusive em formato de planilha bem como também acesso ao parecer do processo, referente a fala do
177 conselheiro Mauro – VEREDAS E CERRADOS sobre cadastro de usuários insignificantes Thiago – IGAM disse
178 que o termo está no código das águas desde 1930 ainda que está na lei vigente que cujo critérios não são
179 definidos pelo IGAM, cabendo ainda destacar que o uso insignificante é computado pelo processo de outorga.
180 Ainda, que o uso insignificante hoje em dia cabe mais como um processo social do que um processo
181 arrecadatário porque ele é feito gratuitamente e online. Disse ainda que o tipo de apontamento feito por
182 Mauro tem que ter um mínimo de cuidado para não ser leviano pois trata-se também de pessoas que foram
183 envolvidas na época que não estão ali para se defender, por fim Thiago – IGAM questionou o presidente
184 Winston já que o Mauro disse por três vezes que ele foi e o presidente foi ofendido pelo conselheiro da FIEMG
185 Deivid se realmente o presidente ouviu essa ofensa, o Presidente por sua vez disse que como estava envolvido
186 por outras questões de pauta que no momento em que aconteceu o fato ele não viu a discussão e portanto
187 não pode dizer que o Deivid o ofendeu. Maria de Lourdes – IGAM da gerência de planos que cuida da
188 elaboração dos planos diretores das bacias, falou que está sendo elaborado um plano de bacia do rio
189 Paraopeba e que existe um grupo de acompanhamento técnico do plano cujo Mauro – VEREDAS E CERRADOS
190 também faz parte está validando todo o diagnóstico quanto o prognóstico do plano, Maria de Lourdes disse
191 que é um momento importante este de acompanhamento das ações que estão sendo tomadas na elaboração
192 deste plano, ela salientou também que este plano de ação está contemplando também o rompimento da
193 barragem na mina córrego do feijão. Rodrigo Mundim – IGAM pediu a fala para pontuar na questão levantada
194 pelo conselheiro Mauro – VEREDAS E CERRADOS do porque de o plano diretor citado por ele não ter sido
195 aprovado, Mundim disse que está no IGAM desde 2006 e fez parte da equipe que avaliou este plano, disse que
196 por diversas vezes ele foi levado para análise no órgão e que todas as vezes a equipe apontou inconsistências
197 nos trabalhos apresentados por não cumprirem as legislações e não atenderem as necessidades em nenhum
198 momento, portanto, não foi aprovado. Guilherme – FAEMG disse que foi secretário executivo do último
199 mandato do comitê e que a época em assumiu o comitê só era apenas uma pasta de documentos velhos e
200 uma capa de CD, quanto ao plano ele disse que realmente tiveram as discussões para elaboração do mesmo,
201 mas que de fato não recebeu nenhuma documentação ainda não sabe em que momento estes documentos se
202 perderam. João Clímaco – FONASC (visitante) solicitou fala para dizer sobre a experiência da entidade na
203 atuação da gestão de recursos hídricos, falou sobre o desapontamento de o comitê não ter até hoje um plano

204 diretor aprovado principalmente neste momento de catástrofes que tem ocorrido no estado, e que não se
205 pode trabalhar com inverdades na gestão das águas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a
206 participação de todos e encerrou a 51ª Reunião Ordinária do Comitê do CBH Paraopeba. Eu, Valdinéia Santos
207 Pereira, Secretária Administrativo do CBH-Paraopeba lavrei a presente ata sob a supervisão da Secretária do
208 Comitê, aos 10 dias de Junho de 2019 sendo posteriormente encaminhada aos membros do CBH-Paraopeba
209 para aprovação na reunião plenária seguinte.

WINSTON CAETANO DE SOUZA

Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do
rio Paraopeba- CBH Paraopeba

RAFAELA LAGES LIMA

Secretário do Comitê de Bacias Hidrográficas
do rio Paraopeba – CBH Paraopeba